Revista Debates Insubmissos

VIOLÊNCIA DO GOVERNO BOLSONARO CONTRA AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

VIOLENCE OF THE BOLSONARO GOVERNMENT AGAINST PUBLIC UNIVERSITIES IN TIMES OF PANDEMIC

Milene Soares Agreli[1]
Raul Aragão Martins[2]

RESUMO

O Estado brasileiro assume um caráter violento, ao deixar de lado a Constituição Brasileira e os Direitos Humanos fundamentais, e. g, o direito à educação gratuita e de qualidade, sob o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro – Partido Liberal (PL). Para compreendermos essa situação, especialmente na área da Educação Superior, propomos uma pesquisa documental analítica do cenário contemporâneo no Brasil, por meio do levantamento das falas e das medidas dos ministros da educação Ricardo Vélez, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro, do Governo Bolsonaro, publicadas no Diário Oficial da União (DOU), por jornais e por revistas eletrônicas e em canais (por exemplo, YouTube) entre os anos de 2019 e de 2020. Este levantamento foi realizado no período de maio de 2020 até fevereiro de 2021. O objetivo é compreender a violência do Estado brasileiro dirigida contra a Universidade pública por meio dos documentos que abordem, diretamente, questões referentes à Universidade e que desvelem a visão e a política destinada pelos ministros da educação do Governo Bolsonaro para a Educação Superior. Tomamos os arcabouços teóricos e científicos das áreas da Psicologia, da Filosofia, da Educação e da Sociologia, com os conhecimentos em específico dos sociólogos Jesse de Souza e Boaventura Souza Santos e do filósofo Byung-Chul-Han. Com esta análise, revelou-se na sociedade brasileira um cenário sombrio contra pesquisadores, docentes e discentes, que unem governo e a própria população, em um processo de desconstrução da educação pública e de qualidade bem como da ciência. Por justaposição a esse governo, soma-se a pandemia do coronavírus e a população brasileira encontra-se duplamente invadida e adoecida.

Palavras-chaves: Violência; Educação superior; Política pública.

ABSTRACT

Under President Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal-PL), the Brazilian State assumes a violent character, leaving aside the Brazilian Constitution and fundamental Human Rights, including, for example, the right to free and quality education. To understand this situation, especially in the realm of Higher Education, we propose analytical documentary research about the contemporary scenario in Brazil. Methods included surveying the speeches and measures taken by Education Ministers of the Bolsonaro Government, Ricardo Vélez, Abraham Weintraub, and Milton Ribeiro, published in the

[1] Pós-doutoranda do Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - IBILCE/UNESP (Campus de São José do Rio Preto). Doutora em Psicologia pela FFCLRP-USP. e-mail: milene.soares.agreli@gmail.com

[2] Atualmente é Professor Associado do Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - IBILCE/UNESP (Campus de São José do Rio Preto). Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas - RJ. e-mail: raul.martins@unesp.br

Official Gazette of the Union (DOU), newspapers and electronic magazines, and in channels (e.g., YouTube) between 2019 and 2020. This survey was conducted from May 2020 to February 2021. The goal is to understand the violence of the Brazilian State directed against the public University through documents that directly address issues relating to the University and unveil the vision and policy intended by the education ministers of the Bolsonaro Government for Higher Education. We take the theoretical and scientific frameworks from the areas of Psychology, Philosophy, Education, and Sociology, with specific knowledge of sociologists Jesse de Souza and Boaventura Souza Santos and philosopher Byung-Chul-Han. With this analysis, a dismal scenario was revealed in Brazilian society against researchers, teachers, and students, who unite government and the population itself, in the deconstruction of public and quality education and science. In juxtaposition to this government, there are also the coronavirus pandemic and the invaded and sickened Brazilian people.

Keywords: *Violence; Higher education; Public policy.*

1. INTRODUÇÃO

Sob o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro – Partido Liberal (PL), o Brasil assume um caráter violento ao não obedecer a Constituição brasileira e os Direitos Humanos fundamentais, como o referente à educação gratuita e de qualidade (BRASIL, 1988; 2009). Fenômeno esse que pode ser visto em, pelo menos, duas situações. A primeira, no corte crescente de verbas para as instituições de fomento à pesquisa que financiam sua produção, inviabilizando suas ações como polos geradores de novos conhecimentos (TAVAREZ; ÍCARO, 2021). A segunda situação, quando o Estado violenta os/as alunos/as, professores/as e funcionários/as, na medida em que os cortes de verbas inviabilizam a supressão das necessidades básicas para suas sobrevivências (como, por exemplo, no caso dos/as estudantes, a moradia e a alimentação). Essas questões foram agravadas pelo contexto de pandemia, decorrente da Covid-19, em que o Brasil assume uma necropolítica de Estado ao precarizar as condições de enfrentamento da pandemia, despreocupada ou criminosamente, ocasionando o extermínio de populações, historicamente, "indesejáveis" ou "descartáveis", como pobres, negros, indígenas, quilombolas, mulheres e LGBTQIA+.

Achille Mbembe (2016) propõe a noção de necropolítica e de necropoder para explicar as políticas contemporâneas que se sustentam na destruição máxima de pessoas, de configurações singulares da existência social, nas quais as populações são submetidas a condições de vida que as atribuem a condição de "mortos-vivos". Para Mbembe (2016), a expressão máxima da soberania está no poder e na disposição para determinar quem pode viver

e quem deve morrer. A soberania é a manifestação do poder exercida no controle sobre a mortalidade, isto é, matar ou deixar viver estabelecem os limites da soberania.

Esse quadro tem sido visto como a consolidação de um projeto autoritário e tem sido objeto de investigação por vários estudiosos, procurando expô-lo e entendê-lo. Nessa perspectiva, organizamos este texto em quatro seções. Na primeira, trazemos à baila as ideias de alguns teóricos acerca do Brasil contemporâneo e de questões sobre a violência. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos de realização deste trabalho. Analisamos, na terceira seção, a visão de universidade de três ministros da Educação, que estiveram à frente do Ministério da Educação (MEC), durante o governo Jair Bolsonaro: Ricardo Vélez Rodrigues, Abraham Weintraub e, o atual ministro, Milton Ribeiro. A última seção apresenta as possíveis reações que a sociedade em geral e, particularmente, os profissionais da Educação podem ter frente a esses discursos.

2. PENSANDO O BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ao analisar historicamente a política pública brasileira, Jessé Souza (2019) defende que, no Brasil, a violência é herdeira do período da escravidão, tendo sido revigorada em tempos do autoritarismo militar, com a perseguição política dos/as estudantes e dos/as professores/as universitários/as, restringindo liberdades civis e executando graves violações aos Direitos Humanos fundamentais, por meio de torturas e de assassinatos. Logo, como na ditadura, a postura do atual governo brasileiro, com a liderança de Jair Messias Bolsonaro e do MEC demonstram desprezo às instituições, à ciência e à universidade. Um estado violento para com sua população e que trabalha para o aumento da desigualdade social, provocando, inevitavelmente, o aumento da violência na sociedade e, por consequência, dentro das universidades.

Nesse sentido, o atual governo brasileiro representa o avanço da “nova direita brasileira”, caracterizada por ser um movimento conservador, sem um projeto político claro, que se autointitula como uma “alternativa apolítica”, atacando especialistas e a academia por meio do negacionismo intelectual, na tentativa de transformar o conhecimento científico em

mera “ideologia” (SOUZA, 2019, p. 232). Lembrando que essa “alternativa apolítica” tem a frente uma família, cujo líder é o atual presidente, um político há 30 anos, e que levou os três filhos para o mesmo caminho, o da política. Nesse sentido, Souza questiona.

> O que explicaria o fato de a maioria da nossa sociedade, sob o pretexto de evitar chegar um ladrão à presidência, votar num candidato que faz apologia do assassinato e da tortura de opositores? Quem, em sã consciência, poderia julgar como um argumento moralmente válido subordinar o suposto roubo ao assassinato? Como compreender que toda uma sociedade e suas crenças sejam postas de cabeça pra baixo? Como explicar, enfim, o que parece inexplicável? (2019, p. 263).

Existe o antigo desejo das elites brasileiras de se apropriarem dos serviços que deveriam ser oferecidos de maneira gratuita e universal, violando, claramente, os princípios constitucionais. O Governo Bolsonaro possibilita esse desejo e trava, assim, uma cruzada ideológica contra as universidades. O movimento é uma tentativa de desmoralização do ensino público que tem como principal objetivo, porém não-anunciado, o desmonte do sistema público de ensino brasileiro. Busca-se, com isso, o apoio da sociedade para que medidas de privatizações dos setores públicos, em especial das políticas sociais, ganhem valor mercadológico e favoreçam esses setores, representantes da elite econômica do país (SILVA; SHERF, 2020).

A partir do questionamento de Souza (2019), apresentamos anteriormente, tentaremos compreender o que parece inexplicável: as políticas educacionais brasileiras e a negligência e a violência em que foram lançados os/as brasileiros/as. A violência mantém-se nos fatos sociais, econômicos, políticos e culturais que se estabelecem nas macros e nas microestruturas sociais, devendo ser compreendidas dentro da sociedade que lhe fornece contexto e inteligibilidade (MINAYO, 2003). Apesar de presente na humanidade, seja no real ou no imaginário, no mundo contemporâneo, a violência adquiriu novos contornos, seja nos movimentos de ódio existentes e articulados em redes sociais que trafegam na internet, com foco no racismo, na misoginia, na transfobia e na homofobia ou em gabinetes governamentais, bem como na banalização e na espetacularização cotidianas midiáticas.

O filósofo Byung-Chul Han (2019) revela uma mudança topológica da violência, isso devido à diminuição da violência marcial e à apropriação pela sociedade de um poder anônimo,

uma violência des-subjetivada e escondida em um poder sistêmico. A topologia da violência passa a manifestar-se de forma microfísica na forma de negatividade, em desdobramentos e em tensões bipolares, como: ego e alter, dentro e fora, amigo e inimigo.

Para Han (2019), a violência microfísica pode adotar ainda uma forma mais sutil e vir expressa, por exemplo, como violência da linguagem. À maneira da violência física, a violência da linguagem reside, amplamente, na negatividade, pois ela é *di-famante*, *des-credenciadora*, *de-gradante* ou *des-abonante*. Enquanto violência da negatividade distingue-se da violência da positividade, que parte da "spamização" da linguagem, da superinformação, da massa de linguagem, de comunicação e de informação (HAN, 2019, p. 9).

Nesse sentido, Santos (2020) assinala a gravidade das notícias falsas, chamadas *fake news*, e a necessidade de uma maior atenção analítica, política e, até mesmo, jurídica. Isso, pois, em tempos de pandemia, as notícias falsas traduzem-se diretamente em mortes e, portanto, maior detalhe comparativo, as diferentes linhagens de governos de direita: a direita moderada, atenta ao valor da dignidade da vida humana, e uma extrema-direita ou direita hiper-neoliberal, alucinada frente as "necessidades" da economia, do capitalismo. No entanto, os países que mais seguiram a ideia da defesa da economia são os que imergiram na pior crise econômica com o decorrer da pandemia.

3. METODOLOGIA: OS CAMINHOS DESTE ARTIGO

Propomos, assim, uma pesquisa documental analítica do cenário contemporâneo no Brasil, por meio do levantamento das falas e das medidas dos ministros da educação Ricardo Vélez, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro, do Governo Bolsonaro, publicadas no Diário Oficial da União (DOU), por jornais e por revistas eletrônicas e em canais (por exemplo, YouTube) entre os anos de 2019 e de 2020. Este levantamento foi realizado no período de maio de 2020 até fevereiro de 2021.

Elegemos para a análise, os documentos que abordassem, diretamente, questões referentes à Universidade e que desvelassem a visão e a política destinadas pelos ministros da educação e o Governo Bolsonaro para a Educação Superior. Não analisamos as falas do ministro Carlos Decotelli devido ao exíguo exercício do cargo, de apenas cinco dias, cuja saída

foi atribuída às inúmeras denúncias de falsificações em seu currículo que apresentava fraudes sobre sua formação acadêmica.

Para as análises, amparamo-nos nos arcabouços teóricos e científicos das áreas da Psicologia, da Filosofia, da Educação e da Sociologia, com os conhecimentos em específico do sociólogo Jesse de Souza, escolhido por sua visão inédita e abrangente da política e da sociedade brasileira, com críticas a paradigmas vigentes nas Ciências Sociais, como, por exemplo, o Populismo, classificado como a "versão acadêmica de ódio aos pobres" (SOUZA, 2019, p. 258).

Da mesma forma, utilizaremos a teoria do filósofo Byung-Chul Han, por tratar das transformações na topologia da violência, fenômeno que se deslocou do "[...] caráter visível para o invisível, da força bruta para medial e do frontal para o viral" (HAN, 2019, p. 7). Por fim, o sociólogo Boaventura Souza Santos pelos seus estudos acerca da educação na contemporaneidade e da vivência atual da pandemia de Covid-19, Santos (2020) propõe a metáfora do coronavírus como pedagogo, logo que nos possibilita a compreensão do nosso contemporâneo no sentido mais profundo. "É nosso contemporâneo porque partilha conosco as contradições do nosso tempo, os passados que não passaram e os futuros que virão ou não" (SANTOS, 2020, p. 60).

Assim, a intenção é possibilitar uma compreensão da violência do Estado brasileiro e da sociedade dirigida contra a Universidade pública, no contexto da pandemia de Covid-19, e quais os possíveis reflexos dessa violência emergente no cotidiano universitário e na produção de ciência. Antes de iniciar a apresentação dos dados levantados e das análises, é imperioso assinalar o significado de tantas trocas de ministros na área da Educação, sempre ocorridas frente a escândalos incontornáveis, revelando o desejo do Governo Bolsonaro de enxovalhar e de deteriorar a educação pública no Brasil.

4. RICARDO VÉLEZ RODRIGUES: A IDEIA DE UNIVERSIDADE PARA TODOS NÃO EXISTE

Em entrevista para a Revista Valor, no dia 28 de janeiro de 2019, o então ministro da educação, Ricardo Vélez, afirmou que a "ideia de universidade para todos não existe" e que as "universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]", sem estar em estudo a cobrança de mensalidades em universidades públicas, sendo urgente reequilibrar seus orçamentos (PASSARELLI, 2019).

As ideias de Ricardo Vélez não são inéditas. Souza (2019) revela a ameaça que se constitui para a elite brasileira de que a população pobre conquiste o direito de acesso à Universidade pública. Esse espaço, até então, *locus* de privilégios da classe média, sob o Governo do PT (2003-2016) assistiu a uma pequena diminuição do abismo entre as classes sociais, sendo o suficiente para justificar uma seletividade da população para se indignar apenas com a corrupção praticada pelos partidos políticos de esquerda.

Para Souza (2019), trata-se de uma ampla revolta, concomitantemente, racional e mesquinha, tanto contra o acesso dos pobres à Universidade e à possibilidade de uma competição mais justa pelos bons empregos, mas, também, pela raiva do pobre poder usufruir dos mesmos bens de consumo e privilégios da classe média.

Essa revolta da classe média contra os pobres tem explicação nas raízes escravocratas da sociedade brasileira. Ao fim do período da escravidão, a elite brasileira percebeu que a continuidade da dominação econômica demandaria mais do que coação física, já que se tornariam inaplicáveis a classe média formada pelos "homens de bem". O "chicote", até hoje direcionado à população pobre e negra, não pode ser usado para a classe média que exige direitos devido a sua suposta superioridade moral. Superioridade essa que passa a ser utilizada como aliada pela elite econômica, podendo ser comparada aos escravos domésticos, que, por terem privilégios em relação a outros escravos, defendem e identificam-se com os escravocratas. Nesse contexto, criam-se as grandes universidades brasileiras (SOUZA, 2019).

Nesse ponto, esclarecemos que se institui no Brasil a violência chamada "simbólica", por meio da apropriação, pela elite, do dinheiro dos meios simbólicos, dos discursos vigentes.

A elite intelectual, classe média, é capturada, simbólica e culturalmente, para a legitimação dos privilégios da elite do dinheiro. A classe média, do mesmo modo, assegura-se na meritocracia e na superioridade moral para se distinguir da pobreza e para justificar seus privilégios. Por fim, a elite do dinheiro e a intelectual criam os discursos do patrimonialismo e do populismo para justificar a vergonhosa desigualdade social brasileira, na qual a corrupção só é praticada pelo estado e por seus políticos (SOUZA, 2019).

Para compreender a relação entre poder e violência, Han (2019) considera-os nas esferas simbólica e diabólica. O autor esclarece que o poder é a afirmação da união entre ego (eu) e alter (outro), e que violência e poder são estratégias para neutralizar a alteridade e a liberdade do outro. Nesse sentido, a atuação do poder e do dinheiro é simbólica por criar referências e confluências. A simbologia do poder é produtiva e, em virtude de sua configuração, pode gerar diversos símbolos de força persuasiva e de expressão. Espaços de poder são, também, espaços de linguagem, logo, repletos de símbolos, de sinais e de significados. Contudo, em essência, a violência não é simbólica, mas, sim, diabólica (divisora). Essa esfera diabólica torna o poder repressivo, destrutivo, separador e excludente (HAN, 2019).

A violência microfísica aniquila a atividade, lançando sua vítima para absoluta passividade, penetrando-a e negando-a. A macrológica da violência segue o modelo imunológico, apesar de Han (2019) acreditar que a era imunológica já teria passado, o Governo Bolsonaro lança mão de estratégias violentas explicáveis justamente pelas caraterísticas imunológicas de extermínio da alteridade.

É importante mencionar que o visível projeto político para sucateamento e para desmonte do Ensino Superior público fere a Constituição Federal de 1988, que, em seu texto, no Artigo de n. 205 afirma que a "[...] educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, p. 123). Complementando, no artigo 6º, ao afirmar que são "[...] direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (BRASIL, 1988, p. 18).

5. ABRAHAM WEINTRAUB: BALBÚRDIA, GENTE PELADA E MACONHEIRO

O ministro Abraham Weintraub é responsável pelos mais violentos ataques à Universidade pública. Logo no início de sua gestão, no dia 30 de abril de 2019, o MEC anunciou o corte de verbas de custeio e de investimentos para três Universidades Federais, a saber: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Brasília (Unb) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Após ser acusado de um escandaloso viés persecutório, o bloqueio de R$ 5,8 bilhões (30%) foi, posteriormente, ampliado e aplicado a todas as Universidades.

O contingenciamento de verbas atingiu todas as instituições federais e as bolsas para estudantes de pós-graduação, quando o governo tentava conter gastos. Os recursos destinados à pesquisa também foram congelados e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) precisou cortar bolsas de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado.

Para justificar os cortes de verbas, o ministro declarou, em entrevista ao Jornal Estado de S. Paulo, que as universidades "[...] que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking" (AGOSTINI, 2019).

Assim como na gestão de Ricardo Vélez, Abraham Weintraub utiliza uma macrológica violenta imunológica, penetrando nas instituições e corroendo-as, desgastando-as por dentro. No entanto, ao questionar o trabalho e o desempenho das instituições e, até sua necessidade de existência, Weintraub, como conhecedor da atual lógica universitária de produção e de desempenho, lança a violência, concomitantemente, para uma micrológica da positividade entre docentes e discentes (HAN, 2019).

Para Han (2019), a violência da positividade é caracterizada pela autoviolência e pela autoexploração, a guerra é contra si mesmo. Logo, confunde-se a liberdade e a violência sob a imposição do desempenho. Esse tipo de violência é autorreferente, na qual o explorador é o próprio explorado, o agressor é a própria vítima. Existe uma liberdade paradoxal que culmina na patologia chamada *Síndrome de Burnout* (WHO, 2019) – fenômeno do contexto ocupacional resultante do estresse crônico, tão presente nos meios universitários, tanto em docentes quanto em discentes.

Essa manifestação violenta típica da sociedade do desempenho já estava presente nas universidades antes do Governo Bolsonaro, mas, na gestão de Weintraub, o conhecimento desse sistema ganha contornos de um jogo sádico, na qual o ministro Weintraub impede o desenvolvimento das pesquisas e a existência de pós-graduações por todo o país sob o engodo da baixa produtividade, por meio dos cortes de verbas que ele realizaria de qualquer forma, independente do desempenho acadêmico das universidades.

No mês de agosto de 2019, o MEC lançou o polêmico programa "Future-se", com a suposta proposta de ampliar a autonomia das universidades e as possíveis fontes de financiamento das Universidades Federais. Enviado ao Congresso como projeto de lei em maio de 2020, o programa propõe a implementação de um novo modelo de gestão para as Universidades e para os Institutos Federais (IFs), criticado por grande parte dos reitores, tendo sido elaborado sem nenhum diálogo com as Universidades e os IFs.

Apesar de o programa "Future-se" ser apresentado a sociedade como uma possibilidade de maior autonomia as universidades públicas, no dia 21 de novembro de 2019 em entrevista ao Jornal da Cidade Online (2019), Weintraub afirmou.

> Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino… Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas em algumas universidades, a ponto de ter borrifador de agrotóxico, porque orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, mas na maconha deles eles querem toda a tecnologia que tem à disposição (JORNAL DA CIDADE ONLINE, 2019).

Continua:

> Você pega laboratórios de química, uma faculdade de química não era um centro de doutrinação... desenvolvendo drogas sintéticas, metanfetamina, e a polícia não pode entrar nos campi. O desafio é esse. Foi criada uma estrutura muito bem pensada durante muito tempo (JORNAL DA CIDADE ONLINE, 2019).

Por conta do contingenciamento de recursos e, por suas declarações polêmicas, Weintraub foi convocado a dar explicações ao Congresso e reiterou, na Câmara dos Deputados, no dia 11 de dezembro de 2019, exibindo matérias jornalísticas da internet que afirmam haver plantações de maconha nas universidades e que laboratórios de química das IFs são usados para

a produção de drogas sintéticas, a reunião caracterizou-se por agressões verbais entre deputados e o ministro.

Em 6 de dezembro de 2019, Abraham Weintraub propõe a Medida Provisória n. 979, permitindo que o ministro da Educação escolhesse reitores temporários para universidades e para IFs. A decisão foi publicada em edição extra do DOU e revogada em menos de uma hora depois de o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), oficializar a devolução da MP, alegando que o texto viola os princípios da Constituição Federal que tratam da autonomia e da gestão democrática das universidades.

A linguagem de Weintraub é violenta e adota um discurso inquisitório, uma releitura da caça às bruxas, com o claro objetivo de *des-moralizar*, *des-qualificar di-famar*, *des-credenciar* (nesse ponto remetendo a violência da negatividade), principalmente, o Ensino Superior público e marginalizando docentes e discentes (HAN, 2019; PRATA, 2019).

6. MILTON RIBEIRO: UNIVERSIDADE ENSINA SEXO SEM LIMITES

Em vídeo publicado em novembro de 2018, e recuperado em 11 de julho de 2020 pelo canal Poder 360, o ministro Milton Ribeiro, na época pastor da igreja presbiteriana, pronunciou em seu culto, que para

> [...] contribuir ainda mais em termos negativos para uma prática totalmente sem limites do sexo veio à questão filosófica do existencialismo, em que o momento é que importa. Não importa se é A, B, se é homem ou se é mulher, se é esse, se é aquele, se é velho, se é novo. Não interessa. O que interessa é aquele momento (PODER 360, 2020).

Acrescenta que essa "[...] é a nossa sociedade, é isso que eles estão ensinando para os nossos filhos na universidade." Nessa fala, o ministro faz uma ligação absurda entre disciplinas da área de Ciências Humanas, em específico a Filosofia Existencialista, com comportamento promíscuo. Na fala do ministro, a fala do ministro é condenar as Ciências Humanas, utilizando um discurso religioso conservador. Essa fala desvela a falha histórica da educação brasileira com o ensino das ciências, enfatizando o ensino tecnológico e marginalizando as ciências humanas.

Ética, empatia, direitos e deveres para uma sociedade democrática são as bases do ensino das ciências humanas e o sucesso em seu ensino seria a impossibilidade de Bolsonaro e sua "violência em estado puro, agressividade burra e covarde" (SOUZA, 2019) ser eleito, influenciar e conduzir uma nação.

Em entrevista ao Jornal Estado de S. Paulo no dia 24 de setembro de 2020, o ministro Milton Ribeiro afirmou que "[...] hoje, ser professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa" (SOARES, 2020). A desvalorização do professor adquire contornos de violência explicita, equipara-o a figura do vagabundo.

> *Vagabundo:* Característica de quem caminha sem rumo determinado, que perambula ou vagueia; andarilho. Característica de quem vive de maneira desocupada, que não possui ocupação, que não tem vontade de realizar suas tarefas. Característica de quem não trabalha ou não gosta de trabalhar; vadio. [Pejorativo] característica daquilo que apresenta péssima qualidade; inferior. [Pejorativo] Desprovido de honestidade, que se comporta de modo desonesto; malandro, canalha (FERREIRA, 2004, p. 1989).

Nessa mesma entrevista do dia 24 de setembro de 2020, sobre a condução da pandemia, Milton Ribeiro declara acreditar que o MEC não tem responsabilidade sobre a retomada das aulas presenciais na pandemia, eximindo a pasta de colaborar com as redes de ensino no enfrentamento dos reflexos da Covid-19. "É estado e municípios que tem de cuidar disso daí. Nós não temos recurso para atender" (SOARES, 2020).

O MEC não apresentou nenhum documento orientador para as instituições de ensino referente ao enfrentamento da pandemia, bem como não destinou nenhum recurso financeiro para que os impactos na educação fossem minimizados. Segundo o Jornal O Globo de 16 de junho de 2020, são 210 mil universitários sem acesso à internet (ALFANO, 2020).

No dia 3 de março de 2021, o Jornal Estado de S. Paulo divulgou que no dia 7 de fevereiro de 2021 foi encaminhado um ofício, assinado por Eduardo Gomes Salgado (diretor de Desenvolvimento da Rede de Ifes), para as universidades públicas de todo o país com a ameaça de punição diante de qualquer manifestação política como "imoralidade administrativa" (NETTO; MIRANDA, 2021).

Concomitantemente, os docentes da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pedro Curi Hallal (ex-reitor e coordenador das pesquisas de prevalência do coronavírus no Brasil) e Eraldo dos Santos Pinheiro (pró-reitor de Extensão da universidade) foram intimados a assinar

um termo de ajuste de conduta, comprometendo-se a não realizarem manifestações "desrespeitosa e de desapreço" em relação ao presidente da República, Jair Messias Bolsonaro por dois anos.

Ambos foram denunciados por uma transmissão ao vivo em 7 de janeiro, via redes sociais da universidade, pelo deputado Bibo Nunes (PSL) à Controladoria-Geral da União (CGU). O órgão propôs a assinatura do termo aos docentes, arquivando os processos. Ainda em janeiro, Pedro Curi Hallal publicou uma carta na revista científica britânica *The Lancet* em que critica o presidente Jair Bolsonaro pela gestão da pandemia do coronavírus no Brasil.

No dia 4 de março de 2021, após pedido de esclarecimentos sobre o ofício solicitado pelo Ministério Público Federal (MPF), no mesmo dia o MEC publicou nota cancelando o ofício de 7 de fevereiro de 2021. O novo ofício assinado pelo secretário de Educação Superior, Wagner Vilas Boas de Souza, afirma que o documento enviado às instituições federais em fevereiro visou apenas prestar informações às universidades sobre a utilização de seus espaços.

7. CONCLUSÕES

Desvela-se na sociedade brasileira um cenário sombrio contra pesquisadores, docentes e discentes, que unem governo e a própria população, em um processo de desconstrução da educação pública e de qualidade bem como da ciência. Por justaposição a esse governo, soma-se a pandemia do coronavírus e a população brasileira encontra-se duplamente invadida e adoecida.

O Governo Bolsonaro emprega diversas configurações de violência contra as instituições públicas de ensino superior, utilizando da macrológica, seja de forma imunológica ao penetrar a universidade e a corroer por dentro, ou ainda por meio da violência da negatividade ao *des-moralizar e di-famar* pesquisadores, docentes e discentes.

Nesse sentido, é preciso especial atenção sobre as notícias falsas ou *fake news*, amplamente divulgadas para toda população e que cumprem, rapidamente, a missão de difamar e de desmoralizar os profissionais da educação, quando esses se opõem ao Governo. Podemos notar, nesse Governo, um avanço na micrológica da violência da positividade ao disseminar ou *spamizar* notícias falsas contra a universidade como um todo. Questiona o trabalho e o

desempenho das instituições públicas de ensino superior, sua necessidade de existência. Esse questionamento e o descredibilizar dos papéis dos profissionais e das instituições geram uma ilusão por parte dos profissionais de que devem produzir e trabalhar ainda mais, para que suas instituições não padeçam.

Essa política do Governo Bolsonaro lança a Universidade pública brasileira ainda mais em uma crise permanente? Uma crise permanente tem como objetivo não ser resolvida para legitimar a escandalosa concentração de riqueza e de impedir que sejam tomadas medidas eficazes (SANTOS, 2020).

Sabemos que a democratização da Universidade se opõe a política da elite e do Governo brasileiro que se sustenta nas desigualdades sociais mantidas, historicamente, pelo patriarcado, pelo colonialismo e pelo capitalismo. Essa reconhecida tríade de maneiras de dominação tem como efeito mais característico criar um abismo para dividir os seres em humanos e sub-humanos, os corpos em racializados e sexualizados (SANTOS, 2020).

O acesso das chamadas minorias (mulheres, negros/as, indígenas, LGBTQIA+, etc.) a Universidade, a possibilidade da ascensão de classes, da possibilidade de formação e criticidade dos sujeitos explorados na atual estrutura capitalista. Quanto mais democrática a Universidade maior perigo representa a atual estrutura de poder.

Movimentos sociais como feministas, antiracistas, de proteção a indígenas e a quilombolas têm sido atacados de diversos modos e em várias frentes. O objetivo é retirar os direitos conquistados nos últimos anos e manter o *status quo* do poder branco, heterossexual, cisgênero. Ataque intensificado pela pandemia, lançando essas pessoas à morte, ao sofrimento e à fome. A pandemia veio potenciar as vulnerabilidades acumuladas em razão do gênero. A quarentena revelou-se particularmente difícil para as mulheres devido as multifunções já exercidas.

Para justificar essa potencialização das vulnerabilidades sociais, o Governo Bolsonaro assume uma violenta necrolinguagem e tenta convencer a população de que para salvar a economia é preciso correr o risco de sacrificar vidas, dividem as vidas em confináveis e não confináveis. A economia ostenta primeiro lugar do que a vida, e com o argumento de que a

economia não podia parar, a comunidade científica e os conhecimentos científicos foram amplamente ignorados.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, R. MEC cortará verba de universidades e já mira UNB, UFF e UFBA. **Estado de S. Paulo**, 30 de abril de 2019. Disponível em https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579. Acesso em 9 ago de 2020.

ALFANO, B. Mais de 210 mil alunos estão sem aulas em universidades públicas em meio a pandemia da Covid-19. **O Globo**, 16 de junho 2020. Disponível em https://oglobo.globo.com/sociedade/mais-de-210-mil-alunos-estao-sem-aulas-em-universidades-publicas-em-meio-pandemia-da-covid-19-24481400. Acesso em 17 jun 2020.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Medida Provisória n. 979**, de 10 de junho de 2020. Disponível em https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/142445. Acesso em 9 ago 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular n. 4/2021/DIFES/SESU**. Diponível em https://pt.scribd.com/document/496828434/OFI-CIO-7-DE-FEVEREIRO. Acesso em 9 ago 2020.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. rev. atual. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

HAN, B.-C. **Topologia da violência.** Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2019.

JORNAL DA CIDADE ONLINE. A soberania das universidades escondeu plantações extensivas de pés de maconha revela Weintraub. **Jornal da Cidade Online**, 21 de novembro de 2019. Disponível em https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/17424/a-soberania-das-universidadesescondeu-plantacoes-extensivas-de-pes-de-maconha-revela-weintraub-veja-o-video. Acesso em 9 ago 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez 2016.

NETTO, P. R.; MIRANDA, C. MEC diz que manifestações política em universidade federal é 'imoralidade administrativa' e defende punição. **Estado de S. Paulo**, 03 de março de 2021. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/mec-diz-que-

manifestacao-politica-em-universidade-federal-e-imoralidade-administrativa/. Acesso em 4 mar 2021.

PASSARELLI, H. 'Ideia de Universidade para todos não existe', diz ministro da educação. **O Globo**, Valor, 28 de janeiro de 2019. Disponível em https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml. Acesso em 25 set 2020.

PODER 360. O novo ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou, em culto, que universidades ensinam "sexo sem limites" e que "vale tudo". **Poder 360 [canal no YouTube],** 11 de julho de 2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=YqKHvqplLUw. Acesso em 25 set 2020.

SANTOS, B. S. **O futuro começa agora**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

SILVA, M. V. V.; SHERF, Erick da Luz. A justiciabilidade do direito à educação no sistema interamericano de direitos humanos: uma possível saída para o desmonte da educação pública brasileira? **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 7, p. 350-367, 2020. Disponível em https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2574. Acesso em 9 jan 2021.

SOARES, J. Volta às aulas no país e acesso à web não são temas do MEC, diz ministro. **Estado de S. Paulo**, 24 de setembro de 2020. Disponível em https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120. Acesso em 25 set 2020.

SOUZA, J. **A elite do atraso:** da escravidão a Bolsonaro. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TAVAREZ, J. V.; ÍCARO, P. Corte de verbas deixa as universidades em penúria. Unb sem investimento. **Correio Braziliense**, Educação, 10 de maio de 2021. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4923352-corte-de-verba-deixa-as-universidades-na-penuria-unb-sem-investimento.html. Acesso em 28 maio 2021.

UOL. Bolsonaro revoga MP que permitia a Weintraub nomear reitores. **UOL**, 12 de junho de 2020. Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/12/bolsonaro-revoga-mp-que-permitia-a-weintraub-nomear-reitores.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em 13 jun 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Collaborating Centre for the Family of International Classifications. Preparing the Region of the Americas for ICD-11:** Roadmap of actions for ICD-11 transition and implementation. Newsletter, Bilthoven,

Holanda, v. 17, n. 1, Apr. 2019. Disponível em https://whofic.nl/preparing-region-of-americas-for-icd-11. Acesso em 19 jul. 2021.

Submetido: 30/10/2021
Aprovado: 05/06/2022